

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO Nº DE 2003 (Do Sr. Luiz Carlos Hauly)

Solicita sejam convocados para Reunião de Audiência Pública o Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o Sr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA e o Sr. Xico Graziano, ex-deputado federal e ex-presidente do Incra, para prestarem esclarecimentos e debaterem sobre a compra da Fazenda Araupel, os assentamentos nela localizados, a venda da cobertura vegetal reflorestada e a preservação de área ambiental que totaliza 35% da área total, conforme matéria publicada na Revista Veja nº 50, de 17 de dezembro de 2.003.

Senhor Presidente:

Requeiro a V. Exa., com fundamento no art. 50, da Constituição Federal, combinado com os arts. 32, III, “d” e “e”, e 219, § 1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que se digne a adotar as providências necessárias à convocação para Reunião de Audiência Pública do Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rosseto, o Sr. Marcus Luiz Barroso Barros, Presidente do IBAMA e o Sr. Xico Graziano, ex-deputado federal e ex-presidente do Incra, prestarem esclarecimentos e debaterem sobre a compra da Fazenda Araupel, os assentamentos nela localizados, a venda da cobertura vegetal reflorestada e a

preservação de área ambiental que totaliza 35% da área total, conforme matéria publicada na Revista Veja nº 50, de 17 de dezembro de 2.003.

JUSTIFICAÇÃO

A revista “Veja”, em sua edição n.º 50, de 17 de dezembro de 2.003, sob o título “Pobres, mas custam milhões” trata do suposto assentamento–modelo que está sendo realizado na Fazenda Araupel, no Estado do Paraná, pelo preço de R\$ 80.000,00 reais por família assentada apenas para pagar o terreno ou R\$ 500.000,00 reais para o total por família assentada . Em virtude, do vultoso valor a ser dispendido, bem como da existência de diversas experiências malsucedidas de reforma agrária na região, conforme noticia a matéria, além da venda da madeira reflorestada, agora de posse do Movimento Sem Terra, para os ex-proprietários da fazenda por valor aproximado de R\$ 12 milhões de reais, o que é um contra-senso. É de suma importância que esta Casa acompanhe a disponibilização dos recursos, bem como verifique se há indícios de superfaturamento ou do descumprimento da legislação em vigor, principalmente a ambiental.

Sala da Comissão, em 18 de dezembro de 2.003.

Deputado LUIZ CARLOS HAULY
(PSDB-PR)